

155.
CONSTITUINTE

6 AGO 1986

Sepúlveda: País viverá em crise com Primeiro-Ministro imposto

Voto vencido na Comissão de Estudos Constitucionais, o Procurador-Geral da República, Sepúlveda Pertence, advertiu ontem que o País ficará ameaçado de crise institucional permanente se a Constituinte ratificar a proposta parlamentarista vitoriosa na Comissão. "Foi aprovada aqui a perigosa possibilidade de um Presidente da República eleito pelo povo ter que conviver com um Presidente do Conselho de Estado (espécie de Primeiro-Ministro encarregado da parte executiva do Governo) imposto pela Câmara"

Sepúlveda Pertence, defensor do presidencialismo, explicou que, de acordo com o texto aprovado por 15 votos a 10, a Câmara dos Deputados poderá rejeitar o nome indicado pelo Presidente da República para presidir o Conselho e escolhê-lo em votação por maioria absoluta.

Os parlamentaristas, no entanto, se descuidaram na apreciação do parágrafo 16, que permite ao Presidente da República exonerar o Presidente do Conselho e indicar um substituto a ser aprovado na Câmara. O resultado, segundo o jurista Miguel Reale Júnior, membro da Comissão, será a instalação de "uma verdadeira ciranda", onde haverá sempre "a ameaça de uma crise institucional permanente".

O cientista político Hélio Jaguaribe, parlamentarista, admitiu que foi uma incoerência, mas argumentou que era importante dar à Câmara dos Deputados o poder maior de expressar a vontade das correntes partidárias. Jaguaribe, assim como

Bolívar Lamounier, que também prefere o parlamentarismo, na verdade não atentaram para a rejeição de uma emenda que só permitia ao Presidente da República exonerar o Presidente do Conselho ouvindo seus integrantes.

E uma loucura. Estão estabelecendo dois comandos no País. Não posso entender por que as pessoas mais à esquerda votam conservadoramente, dando mais poderes à Câmara, eleita por um sistema de proporcionalidade de votos, do que ao Presidente da República eleito pelo voto direto do povo e por maioria absoluta, em dois turnos — protestou Miguel Reale Júnior.

— E um parlamentarismo com tintas de presidencialismo. Esfrangalharam o sistema de dois poderes complementares — criticou também o pai, Miguel Reale.

Na reunião plenária da Comissão de Estudos Constitucionais nomeada pelo Presidente José Sarney, os chamados "notáveis" na matéria aprovaram um texto semelhante ao da Constituição francesa. No artigo 10, que trata dos casos de impedimento do Presidente e do vice assumirem, foi extinta a eleição indireta para o cargo pela Câmara. Assim, quando estiverem vagos os lugares do Presidente e do Vice, serão convocadas eleições diretas em 90 dias para o início de um novo mandato de seis anos de duração.

No capítulo das atribuições do Presidente da República, foi aprovado que ele tem competência para nomear e exonerar o Presidente do

Conselho e os Ministros de Estado (de acordo com as restrições impostas), apreciar os planos de Governo elaborados pelos Ministros e submetê-los ao Congresso Nacional, dissolver a Câmara, ouvido o Conselho do Estado, entre outras atribuições.

O Presidente do Conselho fica com a parte mais executiva. Compete a ele elaborar os planos e programas nacionais de desenvolvimento para serem submetidos ao Congresso, ouvido o Presidente da República. Nessa mesma condição, é ele também quem apresenta proposta de orçamento para a Nação, presta contas, dispõe sobre a estrutura da administração federal, preside o Conselho de Ministros e acumula Ministérios temporariamente, entre outras atribuições. Na discussão desses itens, parlamentaristas e presidencialistas não chegaram a polemizar.

● Ajudar o Governo a elaborar o Plano Nacional de Saúde é o objetivo das entidades que promovem, de 13 a 15 deste mês, no Anhembi, em São Paulo, o I Congresso Nacional de Saúde das Entidades Não Governamentais. "Chegou a hora de a iniciativa privada mostrar, neste país capitalista, que não é vergonha falar em lucro. "Os grupos que pedem a estatização (da medicina) querem desestabilizar o regime", disse o Vice-Presidente do Sindicato dos Hospitais, Chafic Farhat.

● Em Goiânia, o PFL não incluiu o nome do diretor-administrativo da União Democrática Ruralista, Salvador Sidney Farina, em sua lista de candidatos à Assembleia Nacional Constituinte. O Presidente Regional do PFL, Vilmar Rocha, disse que um dos motivos do veto foi o fato de a UDR ser uma "entidade polêmica".